



As mentiras do eu: procedimentos, gêneros e atores do discurso desinformativo em primeira pessoa

The lies of the I: procedures, genres and actors of first person misinformative discourse

Paolo Demuru ^{a,*} 

Yvana Fechine ^b 

Cecilia Almeida Rodrigues Lima ^b 

Juliana Gondim ^a 

RESUMO: Neste artigo, analisamos o discurso em primeira pessoa em mensagens de áudio com conteúdo desinformativo divulgadas via WhatsApp no Brasil. O corpus selecionado para o estudo compreende 100 áudios coletados por meio do WhatsApp Monitor entre 16 de março e 15 de junho de 2020 e entre 27 de março e 26 de outubro de 2021. Nossos objetivos são: (i) verificar quantas mensagens de áudio que veiculam desinformação usam do discurso em primeira pessoa; (ii) como ele é mobilizado para levar o destinatário a acreditar no que está sendo dito no áudio; (iii) quais recursos discursivos ele aciona. As mensagens foram analisadas com base na arcabouço teórico-metodológico da semiótica de Greimas. Os resultados apontam para a prevalência de *procedimentos* (o discurso em primeira pessoa e o discurso interpelativo), *gêneros* (o testemunho e o comentário) e *atores* (o especialista e a pessoa comum) típicos do discurso desinformativo baseado no uso explícito e reiterado da categoria do “Eu.

Palavras-chave: Desinformação; Whatsapp; Áudio; Discurso; Semiótica.

ABSTRACT: In this article, we analyze the first-person discourse in audio misinformation disseminated via WhatsApp in Brazil. The corpus selected for the study includes 100 audios collected through WhatsApp Monitor between March 16 and June 15, 2020, and between March 27 and October 26, 2021. Our objectives are: (i) to verify how many audio messages that spread misinformation use first-person discourse; (ii) how it is used to get the addressee to believe what is being said in the audio; (iii) which discursive resources it triggers. Our analysis relies on the theoretical and methodological framework of Greimas' semiotics. The results point to the prevalence of procedures (first person discourse and interpellation), genres (testimony and commentary) and actors (the expert and the common person) typical of the disinformative discourse based on the use of the "I".


Keywords: Misinformation; Whatsapp; Audio; Discourse; Semiotics.

^a Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

^b Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Paolo Demuru. E-mail: paolo.demuru@docente.unip.br.

Recebido em/Received: 31/07/2022; Aprovado em/Approved: 23/11/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

As mensagens de áudio compartilhadas em aplicativos como WhatsApp e Telegram têm se tornado um recurso frequente para divulgar *fake news* e outros tipos de desinformação (Kischinhevsky, et al. 2020) Cada vez mais usuários são levados a encaminhar para seus contatos falas mentirosas de desconhecidos que juram ter visto algo com seus próprios olhos ou expressam opiniões repletas de falsidades a respeito do assunto do momento (Maros, et al. 2020). O que, nestas mensagens, convence de sua suposta fidedignidade? O que garante sua eficácia? Há algo, no modo como elas são construídas, que faz com que elas pareçam verdadeiras? Se sim, do que se trata?

Neste artigo, buscamos uma resposta a estas perguntas. Para tanto, nos detemos sobre o uso da primeira pessoa em mensagens de áudio com conteúdo desinformativo divulgadas por meio do WhatsApp no Brasil. Mais especificamente, nos interessa saber: (i) quantas mensagens de áudio que veiculam desinformação usam do discurso em primeira pessoa; (ii) como ele é mobilizado para levar o destinatário a acreditar no que está sendo dito no áudio; (iii) quais recursos discursivos – procedimentos enunciativos, gêneros textuais etc. – ele aciona.

O corpus selecionado para o presente estudo compreende os 50 áudios mais compartilhados em grupos públicos de WhatsApp brasileiros entre 16 de março de 2020 e 15 de junho de 2020, quando, no país, entraram em vigor as primeiras medidas de isolamento social contra o novo coronavírus, e os 50 áudios mais compartilhados durante os seis meses de atividade da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a COVID-19 (doravante CPI da COVID). Para a coleta dos dados, utilizamos o WhatsApp Monitor, ferramenta desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (Resende, et al. 2019) com o objetivo de mapear as informações compartilhadas em grupos públicos de discussão sobre política, no aplicativo.

As mensagens foram analisadas com base na arcabouço teórico-metodológico da semiótica de Algirdas Julien Greimas (Courtes e Greimas 2008; Fiorin 1996) relações a respeito do aparato enunciativo da manipulação discursiva (Greimas 2014). Em uma perspectiva mais ampla e extensiva a todas as demais formas de linguagem, compreende-se como enunciação o ato de realização de um enunciado ou de um enunciado-discurso qualquer, o que inclui aqueles cujo enunciador que almeja deliberadamente desinformar seu enunciatário. Na produção de qualquer enunciado, o enunciador pode recorrer a duas grandes estratégias discursivas gerais denominadas por Greimas (2014) de “camuflagem objetivante” e “camuflagem subjetivante”, cuja descrição detalhada será feita mais adiante. Interessa-nos aqui mostrar como os áudios que veiculam conteúdos desinformativo apelam para a “camuflagens subjetivante”, cuja principal característica é a inscrição no enunciado de um “eu” que opera como um fiador da “verdade”.

Pesquisadores das mais diversas áreas, tais como Ciências da Computação, Ciências Sociais, Psicologia, Ciência Política, Linguística, Semiótica e Comunicação têm procurado entender a especificidade da narrativa desinformativa. Nestas últimas,

nota-se um esforço para chegar a classificações capazes de dar conta da grande variedade de técnicas e procedimentos discursivos empregados para produzir informações falsas (Soares, et al. 2021; Igwebuike e Chimuanya 2021; Barros 2020). Outros estudos apontam ainda para o papel das crenças individuais na produção de enunciados que pretendem se impor como “indiscutivelmente verdadeiros” e válidos para todos, enxergando nesse fenômeno a mais significativa quebra de paradigma epistemológico de nossa era (Van Zoonen 2012). O presente artigo visa contribuir com essa literatura desvendando os mecanismos que regem a produção de peças desinformativas em formato de áudio fundadas na camuflagem subjetivante, isto é, no discurso em primeira pessoa que busca alcançar, na esfera do debate público, um estatuto de verdade objetiva. Os resultados apontam para a prevalência de procedimentos, gêneros e atores típicos das narrativas de “eu”, por meio dos quais busca-se construir um vínculo direto entre enunciador e enunciatário e fazer parecer verdadeiro o conteúdo divulgado.

DESINFORMAÇÃO, WHATSAPP E MENSAGENS DE ÁUDIO

A discussão de notícias tem se tornado cada vez mais privada devido ao uso frequente de aplicativos de mensagens, o que tem favorecido a propagação da desinformação. Em países como o Brasil e a Índia, onde o acesso a notícias por meio de celular é mais alto do que por outros dispositivos, o WhatsApp é uma das principais redes para debate e compartilhamento de informação. Com mais de 2 bilhões de usuários e 55 bilhões de mensagens trocadas por dia, no Brasil, o uso do WhatsApp ganha um contorno a mais devido à prática de *zero rating*, que permite às operadoras oferecerem dados ilimitados e sem custo para determinados aplicativos (Reis, et al. 2020).

Apesar de esta prática de mercado de certo modo favorecer o acesso à internet pelas classes mais populares, por outro, limita a experiência que o usuário tem na rede, ao favorecer somente os aplicativos dominantes. Dessa forma, acaba por indiretamente contribuir para a redução da variedade de informações acessíveis a estes usuários quando a franquia de dados contratada chega ao limite: o indivíduo pode, por exemplo, receber uma mensagem de teor informativo pelo WhatsApp, mas não terá recursos para buscar a informação em outros ambientes e verificá-la. Embora não haja dados precisos em relação ao percentual da população conectada por meio de planos *zero rating*, de acordo com o Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2020), em 2019, o celular foi o principal dispositivo para acessar a internet no Brasil, representando 99% da população com mais de 10 anos. O detalhe é que, para 58% dos usuários, esse acesso se deu exclusivamente pelo celular, proporção que chega a 85% nas classes DE.

A prevalência do WhatsApp na circulação de desinformação e informações incorretas já foi apontada em estudos como os de Resende et al (2019), Moreno et al (2019), Salaverría et al (2020), Romm (2020), Newman et al (2020), entre outros. No caso específico da COVID-19, a Rede Internacional de *Fact-Checking* (IFCN) identificou mais de 3.500 declarações falsas em menos de dois meses, e tem realizado uma média de

143 checagens de fatos por dia, em todo o mundo, entre 2020 e 2021 (Poynter 2021), no contexto de um fenômeno que foi classificado pela OMS como uma infodemia.

Diferentemente de plataformas como Twitter e Facebook, que podem remover conteúdos maliciosos ou que violem suas regras de convivência, a estrutura de criptografia de ponta-a-ponta do WhatsApp garante um ecossistema fechado em que apenas os usuários envolvidos em uma determinada conversa têm acesso ao conteúdo compartilhado. Assim, a desinformação que circula por meio do aplicativo, e que contribui na formação de opinião sobre um determinado assunto, passa ao largo dos olhos do grande público, de modo que grupos restritos de usuários podem estar tendo acesso a informações completamente diferentes sobre o mesmo tema.

Outro fator que favorece o uso do WhatsApp como meio para propagar desinformação é a facilidade que o aplicativo oferece para produção e circulação de mensagens em áudio. Este recurso é particularmente relevante em um país como o Brasil, no qual há ainda um percentual significativo de analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional. Sancionado em 2014, boa parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que deveriam ser atingidas até 2024, não só não estão sendo cumpridas quanto apresentaram retrocesso. É o caso, por exemplo, do analfabetismo funcional entre brasileiros de 15 a 64 anos cuja meta era reduzi-lo a 13,5% em 2024 e que, em 2018 (dado mais recente), era ainda de 29%, dois pontos percentuais a mais que o patamar no qual se encontrava o país pouco depois da aprovação do PNE (Oliveira 2021). Nesse cenário, a comunicação por áudio, favorecida ainda pela imediaticidade das mensagens trocadas por meio do WhatsApp, faz deste aplicativo uma ferramenta ainda mais importante nas batalhas políticas às custas da desinformação.

Estudos já realizados mostram a potencialidade dos áudios no WhatsApp como instrumento de desinformação também por razões relacionadas às próprias especificidades das mídias sonoras. Tendo a Covid-19 como recorte, Cardoso, Sepúlveda e Narciso (2022) identificaram a tendência no uso de mensagens de áudio pelo WhatsApp como um novo formato para disseminar desinformação, realizando uma tipologia dos temas mais frequentes nessas mensagens. Maros et al. (2020), explicam como o áudio se tornou um importante veículo de desinformação na plataforma. Além de destacar a relevância numérica das mensagens de voz utilizadas no WhatsApp, os autores identificam os conteúdos (informativo, opinativo, satírico etc.) e a carga emocional (positiva ou negativa) predominantes. Com um enfoque mais qualitativo, Kischinhevsky et al. (2020) destacam como os áudios compartilhados no aplicativo utilizam recursos típicos do discurso radiofônico, como, por exemplo, a linguagem íntima e coloquial, para divulgar informações falsas. O trabalho evidencia também algumas das estratégias discursivas empregadas nos áudios analisados: o discurso em primeira e segunda pessoa, a prevalência de opiniões e testemunhos, entre outros.

Entretanto, as pesquisas sobre a desinformação via áudio representam ainda uma exceção no campo dos estudos sobre desinformação. Como apontam ainda Chagas e Kischinhevsky (2020), esses têm se concentrado quase exclusivamente em peças

desinformativas verbais, imagéticas e audiovisuais, desconsiderando os áudios. Além disso, poucos são os estudos que abordam direta e detalhadamente as estratégias de fundo do discurso da desinformação. A própria análise de Kischinhevsky et al. (2020), embora identifique algumas categorias propriamente semiótico-discursivas, não se aprofunda em sua descrição. Com algumas exceções no campo da análise crítica do discurso (Soares, et al. 2021; Igwebuike e Chimuanya 2021) e da semiótica discursiva de inspiração greimasiana (Barros 2020; Mangiapane 2018), a grande maioria dos estudos sobre desinformação propõe, em geral, classificações apoiadas no aparato teórico-metodológico da análise de conteúdo (Wardle 2019; Salavaerría et al. 2020, entre outros), identificando e quantificando temas e operações técnicas mais frequentes realizadas para produzir informações falsas. Dessa forma, percebemos uma lacuna ainda presente na literatura sobre o tema na melhor compreensão dos modos de produção dos efeitos de verdade que mobilizam esses conteúdos e que os tornam eficazes. Um vácuo que este artigo busca, ainda que parcialmente, começar a preencher.

QUADRO TEÓRICO: AS CAMUFLAGENS OBJETIVANTE E SUBJETIVANTE

O modo como a desinformação tem influenciado o debate público nos leva a pensar, com Greimas (2014, p. 124), que o conceito de *verdade* tem sido substituído cada vez mais pelo de *eficácia*. Na perspectiva greimasiana, a verdade, vale lembrar, é um efeito de sentido. Consiste em um *fazer-parecer-verdadeiro* que depende menos de uma correspondência entre o discurso e o mundo factual (referente) e mais de em um fazer persuasivo e interpretativo sustentados pela permuta de crenças e valores. Conforme afirma Greimas (2014, p. 122), esse fazer-parecer não visa mais

à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige e por quem procura ser lido como verdadeiro. Tal adesão, por sua vez, só pode ser obtida se corresponder à sua expectativa; ou seja, a construção do simulacro da verdade é fortemente condicionada (...) pela representação que dele fizer o destinador, artífice de toda manipulação e responsável pelo sucesso ou fracasso de seu discurso (Greimas 2014, p. 122).

Greimas define essa busca pela adesão do destinatário ao sistema de crenças e valores do destinador como “manipulação discursiva” (Greimas 2014, p. 122). Nela, jogam um papel fundamental duas estratégias, ao qual o semiótico atribuiu as etiquetas de “camuflagens objetivante” e “camuflagem subjetivante”.

Para ser aceita como verdadeira, a comunicação que apela para a camuflagem objetivante procura, segundo Greimas (2014, p.123) “parecer não o discurso de um sujeito, mas o puro enunciado das relações necessárias entre as coisas e, para isso, apaga tanto quanto possível todas as marcas de enunciação”. O sujeito da enunciação é “eliminado por construções impessoais ou é socializado pela instalação do nós”. Há, portanto, um “mascaramento” explícito do próprio ato de linguagem, um ocultamento da enunciação que concorre para a produção de um efeito de distanciamento e objetividade.

Na comunicação que constrói o seu parecer apelando para a camuflagem subjetivante, ao contrário, o “sujeito da enunciação se declara com um eu fiador da verdade” (Greimas 2014, p.123). Há, neste caso, um enunciador que se manifesta de maneira explícita no enunciado por meio do pronome “eu”. Um enunciador que, ao ser incorporado no enunciado, constitui-se como um narrador que, como tal, interpela, direta ou indiretamente, àquele a quem se dirige, promovendo um efeito de maior proximidade e, conseqüentemente, de subjetividade Greimas (2014) acrescenta ainda que, na camuflagem subjetivante, para ser aceito como verdadeiro, o discurso reveste-se também de um certo caráter anagógico: algo que é revelado *em confiança* por quem detém um saber que tem algo de secreto, decifrado ou constatado ou conhecido, razão pela qual assume frequentemente a forma de depoimento. Há então, neste caso, uma “verdade” baseada em um saber ou um crer de ordem pessoal que se divide com o outro.

As duas camuflagens estão ancoradas na teoria da enunciação desenvolvidas por Greimas (Greimas e Courtés 2008), em particular nas postulações relativas à colocação em discurso da categoria de “pessoa” (Fiorin 1996). A enunciação é uma instância conceitual que só pode ser identificada e descrita a partir do enunciado que dela resulta. Todo enunciado pressupõe necessariamente um *eu* (enunciador) que se dirige (ou se comunica) a um *tu* (enunciatário) no ato de enunciação. O *eu* e o *tu* pressupostos podem ser projetados ou não no enunciado. Quando são figurativizados, dão lugar ao narrador e a um narratário que, nos sistemas semióticos verbais, costumamos associar aos discursos em primeira pessoa e ao modo como eles chama em causa seus enunciatários (camuflagem subjetivante). Quando, ao contrário, a fonte e destino da enunciação não são manifestos no enunciado, surgem os discursos impessoais: “estudos demonstram que a terra é redonda”; “sabe-se que”, “é preciso”, “pretende-se, neste texto...” (camuflagem objetivante).

Com base nesses pressupostos e sugestões, bem como no exame do corpus selecionado para o presente estudo, elaboramos uma proposta de complexificação do modelo de Greimas, postulando a existência de categorias comuns à ambas as camuflagens: os *procedimentos*, os *gêneros* e os *atores*. Por sua vez, estas desdobram-se em subcategorias específicas diferentes para a camuflagem objetivante e a camuflagem subjetivante. Estas últimas serão objeto específico de nossa análise. Antes de abordá-las, é necessário, porém, explicar brevemente o que entendemos por *procedimentos*, *gêneros* e *atores*.

Procedimentos

Chamamos de *procedimentos* os mecanismos de construção da categoria da pessoa-enunciador e sua relação com o enunciatário operados por cada uma das camuflagens. No que tange à camuflagem subjetivante, pode-se postular a existência de dois procedimentos de base: (i) o *discurso em primeira pessoa*, que prevê a inscrição explícita do EU enunciador no enunciado por ele produzido; (ii) a *interpelação*, isto é, a convocação direta e, portanto, a inserção, do enunciatário no enunciado. No que

concerne à camuflagem objetivante, o procedimento enunciativo de base seria, conforme o termo utilizado pelo próprio Greimas (2014, p. 123), o *discurso impessoal*.

Gêneros

Ao passo que permitem identificar os procedimentos enunciativos utilizados por cada uma das camuflagens, as propostas de Greimas abrem espaço para postular a predileção de gêneros discursivos próprios da camuflagem objetivante e subjetivante. Apoiados em Bakhtin (2003), compreendemos como gêneros discursivos os tipos relativamente estáveis de enunciados que são determinados social e historicamente e empregados em cada esfera de utilização da língua. Podem ser considerados, em outras palavras, como certas formas-padrão que orientam as situações de comunicação e interação. No caso da camuflagem objetivante, os gêneros mais utilizados são para conferir aos enunciados uma áurea de objetividade são, por exemplo, o *discurso jornalístico* – mais especificamente a *nota* e a *notícia* – e os *discursos científico* e *jurídico*, já amplamente explorados em âmbito semiótico (Violi e Lorusso 2004; Greimas 1976; Fabbri e Latour 1995). Gêneros típicos dos discursos elaborados com base na camuflagem subjetivante são, entre outros, o *testemunho* (Coviello 2015; Filinich 2017) e o *comentário opinativo* (Violi e Lorusso 2004), como teremos ocasião de mostrar em detalhe nas próximas seções.

Atores

Definimos *atores* os “protagonistas” dos enunciados subjetivantes e objetivantes, ou seja, os tipos de personagens que se manifestam – ou não – no enunciado. Conforme aponta Greimas, os atores do discurso podem ser associados a “papeis temáticos” precisos, entendidos como funções narrativas histórica, social e culturalmente sedimentadas (o pescador, o padre, o ladrão, o médico, o professor etc.), às quais estão comumente associados valores semânticos e traços figurativos igualmente padronizados (Greimas e Courtés 2008, p. 495). Atores específicos da camuflagem subjetivante podem ser, entre outros, o *colunista* de um jornal, a *testemunha* de um evento, ou, ainda, antecipando um dos papéis que emergiram de nossa análise, o *especialista* que fornece, em mensagens de áudio, sua perspectiva – supostamente embasada em conhecimentos técnicos – sobre um determinado assunto. Quanto à camuflagem objetivante, a individuação de atores é tarefa mais árdua, pois o discurso impessoal, por sua própria natureza, opera um mascaramento deliberado do sujeito da enunciação. Pode-se postular, neste caso, que os protagonistas dos enunciados objetivantes não sejam, portanto, os sujeitos da enunciação pressupostos pelos enunciados, mas os sujeitos e os objetos neles apresentados. Por exemplo, no caso de um enunciado como “estudos comprovam a eficácia da cloroquina na cura da COVID-19”, o ator protagonista seria o próprio “estudo”. Da mesma forma, em uma fala que afirma: “eis a prova da falsificação do certificado de morte de fulano”, a *prova*. Ou, ainda, em um texto historiográfico que comprova fatos e eventos do passado, o *documento*. Trata-se, no entanto, de considerações hipotéticas. Diferentemente dos

procedimentos, *gêneros* e *atores* específicos da camuflagem subjetivantes, que tivemos oportunidade de elaborar a partir da análise do corpus deste estudo e apresentaremos em detalhe nas seções seguintes, tais tipologias precisariam ser testadas com base em outros materiais.

CORPUS

O corpus do presente estudo compreende 100 mensagens de áudios divulgadas em grupos públicos de WhatsApp no Brasil. Para a coleta desses dados, utilizamos o WhatsApp Monitor, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (Resende, et al. 2019). O Monitor recolhe as informações dos mais de 500 grupos em que está inscrito e agrega as publicações mais frequentes (que aparecem mais vezes e/ou em maior quantidade de grupos num determinado período), classificadas por mídia (imagem, texto, áudio, vídeo, link e *stickers*), preservando as informações pessoais dos usuários que participam dessas conversas.

Os 100 áudios considerados para a análise foram extraídos ao longo de dois períodos e divididos em dois blocos. O primeiro bloco inclui os 50 áudios mais compartilhados entre 16 de março de 2020, dia em que, em boa parte dos estados Brasil, entraram em vigor as primeiras medidas de isolamento social destinadas à contenção do novo coronavírus, e 15 de junho de 2020. O segundo bloco contempla os 50 áudios mais compartilhados durante os 6 meses de atividade da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a COVID-19 (CPI da COVID), entre 27 de abril de 2021 e 26 de outubro de 2021.

No entanto, para a construção das categorias utilizadas na análise, consideramos a totalidade dos 100 áudios, sem distinção temporal. Isso nos permitiu testar seu alcance e generalidade, comprovada, como veremos, pela sua recorrência em momentos diferentes.

METODOLOGIA

Uma vez definido o corpus, catalogamos os áudios identificando, em primeiro lugar, se o conteúdo divulgado configurava, ou não, desinformação. Para tanto, foi feita uma busca nas principais agências de checagem brasileiras (Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, Fato ou Fake). Nesse sentido, 84% dos 100 áudios coletados continham desinformação, sendo 98% do Bloco 1 (49) e 70% do Bloco 2 (35). Os demais áudios foram desconsiderados. Em seguida, observamos o número total de compartilhamentos da peça, de grupos em que foi compartilhado e de usuários que a compartilharam, organizando a lista por ordem decrescente (do mais compartilhado para o menos compartilhado).

Feito isso, verificamos a estratégia de fundo utilizada em cada peça: camuflagem objetivante ou subjetivante. Por fim, focamos na análise das mensagens caracterizadas pelo uso da camuflagem subjetivante, procurando detectar os tipos de *procedimentos*,

gêneros e *atores* por ela mobilizados. O material foi organizado em uma planilha que permitiu a posterior codificação de cada uma das unidades conforme as categorias de análise. A classificação foi realizada por três pesquisadores diferentes, a fim de garantir a correção dos dados e que havia consenso no resultado.

A Tabela 1 faz um mapeamento geral da desinformação presente no corpus, bem como das estratégias empreendidas.

Tabela 1. Recorrência das camuflagens objetivante e subjetivante no corpus analisados.

	Camuflagem objetivante	Camuflagem subjetivante
Bloco 1 (N = 49)	4% (2)	95% (47)
Bloco 2 (N = 35)	14% (5)	85% (30)
Total (N = 84)	8% (7)	91% (77)

Os dados evidenciam, então, a prevalência da camuflagem subjetivante como estratégia para disseminar desinformação por mídia sonora no WhatsApp, em ambos os períodos da coleta. A análise que segue aprofunda esses achados, concentrando-se, portanto, nos 91% dos áudios que adotaram a camuflagem subjetivante como estratégia geral.

ANÁLISE: A CAMUFLAGEM SUBJETIVANTE NA PRODUÇÃO DE MENSAGENS DE ÁUDIO COM CONTEUDO DESINFORMATIVO NO WHATSAPP

A análise a seguir apresenta os *procedimentos*, os *gêneros* e os *atores* mais empregados nas mensagens de áudio com conteúdo desinformativo selecionadas para o presente estudo, construídas com base na estratégia geral da camuflagem subjetivante. Assim como para as macrocategorias dos *procedimentos*, *gêneros* e *atores*, comuns às camuflagens objetivante e subjetivante, nosso objetivo foi identificar tipologias e taxonomia conceituais gerais e potencialmente generalizáveis, suscetíveis de serem utilizadas por pesquisadores que abordam o fenômeno da desinformação a partir de perspectivas disciplinares diversas.

Procedimentos subjetivantes

Conforme apontamos no quadro teórico, os procedimentos das camuflagens objetivante e subjetivante dizem respeito aos aparatos enunciativos de fundo utilizadas nas duas estratégias. No caso das mensagens de áudio com conteúdo desinformativo que usam da camuflagem subjetivante contempladas nesta pesquisa, dois são os procedimentos que mais recorrem: o *discurso em primeira pessoa* e o *discurso interpelativo*.

O discurso em primeira pessoa

O discurso em primeira pessoa é o procedimento enunciativo por excelência utilizado por quem produz peças desinformativas com base na camuflagem subjetivante, e está presente na integralidade do conjunto de áudios que compõem esta categoria. Tomemos como exemplo o Áudio 2 do Bloco 1, o segundo mais compartilhado entre 16 de março e 15 de junho de 2020 (809 compartilhamentos em 189 grupos). Nele, uma mulher que diz viver na Alemanha afirma:

Acabei de ver uma postagem e a Alemanha tem hoje quase trinta mil casos e pouco mais de 120 mortos, dando 0,42 por cento. Por quê? Deixa eu falar porque eu vivo aqui na Alemanha, trabalho na área de geriatria aqui na Alemanha e vou dizer para vocês o porquê. O porquê é que nós não temos uns governadores corruptos, nojentos, maldosos, impiedosos, frios, desumanos, calculistas... E vou dizer: aqui é frio, está frio, eu estou a dizer, frio. Por quê? (...) Levanta povo, vocês têm tudo que tem de mais abençoado no mundo: o sol, a vitamina D. Não ouvem (*sic*) o que estes governadores estão a dizer. [Áudio 2, Bloco 1]

O esquema se repete de modo idêntico em muitos outros áudios, nos quais supostas verdades são proferidas pelas vozes de inúmeros “eus” que contam suas histórias pessoais como se fossem realidades objetivas.

No Áudio 8 do Bloco 1, uma mulher não identificada afirma, por exemplo, que a China estaria comprando o Brasil:

Pra bom entendedor meia palavra basta. Faz dias que eu tô gritando, que eu tô falando (...) Realmente não é mentira, a China tá comprando tudo aqui no Brasil. As emissoras de TV realmente eu já sabia, mas agora é real isso. Comprou concessão da Globo, comprou concessão da Band. Quando você vê uma empresa, uma emissora falando bem de comunista você já se liga (...) Se vocês souberem o que é um país comunista, você nunca vai ficar do lado destes bandidos (...) E vou dizer uma coisa para você que está me ouvindo agora (...) Este é um vírus para um país frio: vou dizer para você: dessa cem e poucas pessoas que morreu... se morreu 10 de COVID, é muito. Os médicos estão sendo obrigados a colocar que qualquer morte que seja é de Coronavírus. Então acorda para vida. [Áudio 8, Bloco 1]

Os exemplos acima mencionados mostram como, através da projeção e da explicitação de um “eu” que se impõe como protagonista do enunciado e da enunciação, o discurso em primeira pessoa promove a elevação de uma “verdade individual” à “regra geral”, a uma “verdade factual e objetiva” válida “para todos”. A crença nesse discurso depende do fato de que tais histórias, por falar de alguma suposta experiência pessoal, parecem ser mais autênticas que outras, especialmente aquelas que ocupam as telas e as páginas dos veículos da mídia tradicional.

Tal regime de crença estabelecido depende, por um lado, de uma tomada de posição em relação àquilo que é informado e, por outro, da confiança do destinatário naquele que fala. A tomada de posição é, geralmente, sustentada pela moralização daquilo que

se narra com base em um acordo prévio. Pode-se dizer que a eficácia de uma peça desinformativa baseada na camuflagem subjetivante depende, em boa parte, da capacidade do enunciador de apresentar aos seus enunciatários aquilo em que eles já acreditam e para o qual se encontram motivados (Fiorin 2015). O estabelecimento de um acordo prévio é um dos mais importantes ensinamentos da Retórica e, nos discursos moralizadores em primeira pessoa, torna-se uma exigência ainda maior, já que a persuasão se apoia, antes de tudo, na partilha de valores.

Por sua vez, a identificação com aquele que fala depende da construção do *ethos* do enunciador/narrador, ou seja, da imagem que este constrói de si no discurso para reforçar para a eficácia do que diz (Amossy 2020). A construção do *ethos* está diretamente associada também à confiança sustentada pelo respeito ou pelo reconhecimento atribuídos a quem fala, seja por certos traços de caráter (honestidade, sinceridade, simplicidade, por exemplo), seja por uma determinada posição social (determinados cargos ou ocupações) colocados a serviço do fazer persuasivo, como veremos adiante.

O discurso interpelativo

Nas estratégias de desinformação observadas no WhatsApp, o discurso em primeira pessoa é praticamente indissociável da *interpelação*. Isso pelo simples fato de que, se existe uma primeira pessoa marcada no enunciado (um narrador) há também, logicamente, uma segunda pessoa a quem ela se dirige (um narratário). Basta tão somente a explicitação do “eu” para que o “tu” para o qual este fala seja igualmente inscrito no enunciado de modo direto ou não. Este procedimento foi empregado em 62% dos áudios analisados, sendo 57% no Bloco 1 (28 peças) e 57% no Bloco 2 (20 peças).

Nos discursos interpelativos, a segunda pessoa costuma ser explicitada, muitas vezes, por meio de vocativos. Há, geralmente, um chamamento ou convocação ou diretos ao destinatário da comunicação que resulta no efeito de proximidade e envolvimento almejados pelas postagens. Essa interpelação assume, em boa parte dos conteúdos analisados, a forma de apelos permeados por um senso de urgência, que incita um posicionamento imediato do destinatário.

No supracitado Áudio 2, a mulher que descreve a situação aparentemente sob controle da Alemanha diante do avanço do novo coronavírus, conclui seu relato exortando os brasileiros a acordarem:

Para, pelo amor de Jesus Cristo! Vocês sejam guerreiros, sejam valentes! Levantam (*sic*) a vossa bandeira, levantam o estandarte da nação brasileira! (...) Reage pelo amor de Deus, reagem! (...) Acorda povo, pelo amor de Jesus Cristo! (...) Reajam, pelo amor de Jesus Cristo (grifos nossos). [Áudio 2, Bloco 1]

Repleto de locuções assertivas e exortativas como “reajam”, “olhem aqui”, “vejam isso”, “estou te falando”, tais peças possuem uma “força ilocutória” (Austin 1975) capaz de trazer seus destinatários por dentro da história que contam, atribuindo-lhes

um papel de cotestemunhas e coprotagonistas da narrativa. Ao receber, por meio de um aplicativo de mensagem que já explora uma comunicação personalizada, uma mensagem de voz que o reconhece como interlocutor, o indivíduo é, assim, levado a crer que tem lugar e um papel a cumprir nesse jogo discursivo, ainda que seja propagando com a mesma imediatividade o conteúdo recebido. Essa interpelação direta favorece a identificação do enunciatário com o enunciador, construindo o simulacro de uma relação de proximidade entre eles, através da qual se reforça, por sua vez, o elo de confiança no destinador da comunicação.

Tais escolhas semiolinguísticas contribuem a especificar o funcionamento do assim chamado *call to action*, que muitos dos estudos sobre desinformação em plataformas digitais apontam como uma das estratégias principais para motivar os usuários a compartilharem conteúdos desinformativos (Soares et al. 2021), sem, no entanto, se aprofundar na análise dos mecanismos discursivos por ela utilizados. A inscrição no enunciado de um pronome como *você*, ou de um vocativo qualquer, já funciona, pois, por si só, como elemento enunciativo capaz de propiciar não apenas a criação de um vínculo íntimo e direto entre destinador e destinatário, mas também a mobilização deste último, seja no plano emocional (um sujeito persuadido), seja no nível pragmático (um sujeito compartilhador), como no exemplo abaixo:

Meus amigos, hoje, 3 de setembro de 2021. Às 17.14. Por aqui é o Chicão caminhoneiro. Pessoal preste atenção, preste atenção, muito importante, aviso superimportante que tá vindo diretamente das lideranças que estão lá em Brasília. Atenção pessoal, distribua esse áudio com urgência para todo o movimento [Áudio 7, Bloco 2]

Gêneros subjetivantes

É possível identificar ao menos dois gêneros mais recorrentes nos conteúdos de desinformação compartilhados no WhatsApp: o *testemunho* e o *comentário*.

O testemunho

No testemunho, o narrador assegura ter visto, vivido, ouvido ou estar sabendo de algo que precisa ser “desmascarado” e propagado porque, muito frequentemente, se trata de um segredo (é, mas não parece). No corpus, o testemunho foi o gênero empregado em 31% das peças analisadas – sendo 12 ocorrências no Bloco 1 (25%) e 12 ocorrências no Bloco 2 (40%).

Veja-se, por exemplo, as peças abaixo:

Eu sou chefe de rotina do Hospital Ronaldo Gazolla. Eu vim aqui para dar uma boa notícia para vocês. E isso aí não é notícia que eu estou dando baseado no que eu li ou no que eu escutei. Não, é baseado na minha experiência. Eu tô virado trabalhando 24h por dia desde domingo. Desde segunda-feira nós temos 4 pacientes e nenhum óbito. Por favor, voltem ao trabalho. Não existe o vírus matar

peças abaixo de 40-45 anos. O vírus não se replica no calor (Áudio 20, Bloco 1, grifo nosso).

Boa noite, caros colegas. Eu e minha mulher tomamos as duas injeções das vacinas contra o coronavírus da Coronavac (...) Pois bem, deu no exame de sangue meu e dela que nós não temos, não criamos imunidade contra o coronavírus. Ou seja, todo mundo faz esse exame, mas ninguém testa para ver se adquiriu imunidade nós dois resolvemos testar. E infelizmente deu no que deu: estou falando que nós não conseguimos obter imunidade contra o vírus chinês [Áudio 41, Bloco 2].

Como fica evidente nesses exemplos, o *testemunho* valoriza, antes de tudo, a experiência do enunciador. O efeito de verdade é dado, aqui, pela ilusão, promovida pelo enunciador-narrador, de um contato direto com a “realidade”, à qual ele teria, ou teria tido, acesso privilegiado. A desinformação divulgada é percebida como “real” e “verdadeira” porque aquele que enuncia afirma estar vendo, ou ter visto, “com seus próprios olhos”.

É exatamente aqui que reside a força do gênero *testemunho*: no uso das marcas da subjetividade em um discurso que se coloca e pretende ser lido, ao mesmo tempo, como “objetivo” e “imparcial” (Coviello 2015). O ponto de vista da testemunha que “está vendo”, cujo corpo se encontra ou já se encontrou, em um dado momento, no “aqui” e “agora” dos eventos relatados, projeta-se, portanto, como “objetivamente verdadeiro”: não uma visão individual, mas um “fato” incontestavelmente “real”, igual e igualmente válido para todos. Em outros termos, como aponta Filinich (2017, p. 139), no caso do *testemunho*, “o eu instalado no discurso assume um caráter de instância coletiva, pois se trata de dar conta de uma experiência plural que excede os limites do eu”.

O comentário

No comentário, o que temos é a explicitação de um ponto de vista apoiado em informações (não comprovadas), em provas (não reconhecidas) de supostos estudos ou pesquisas, ou até mesmo em testemunhos e outras opiniões de terceiros. No total, 68% das peças analisadas no *corpus* tinham essa característica – 74% dos áudios com camuflagem subjetivante do Bloco 1 e 60% do Bloco 2.

Estamos aqui diante de um estilo discursivo muito próximo àquele feito pelo comentarista televisivo ou do colunista de revistas e jornais impressos, que opina sobre os eventos em pauta no debate público. Entre as peças anteriores, são exemplos de comentários o áudio 2 (Bloco 1) e o áudio 8 (Bloco 1) previamente citados.

Precisa-se que, no *corpus* recortado para o presente estudo, o comentário é um gênero utilizado tanto por pessoas comuns e/ou sujeitos anônimos [Áudio 2, Bloco 1], quanto por outros que atuam ou simplesmente se definem como jornalistas, blogueiros e/ou especialistas em assuntos específicos, como no áudio abaixo:

Primeiro, eu sou militar da reserva, da aeronáutica. O que acontece em relação à intervenção militar: nós precisamos entender que em 35 anos de governo de esquerda as forças armadas foram aparelhadas (...) Todos que estão na ativa hoje são esquerdistas (...) Todos eles são inimigos do presidente (...) Não tem um com a capacidade do presidente de resolver e de tomar a frente [Áudio 38, Bloco 1]

Os últimos, em particular, atuam muitas vezes como verdadeiros “líderes de opinião”, cuja voz é tida como “crível” e “confiável” por parte dos primeiros. Tais constatações nos permitem avançar para a descrição dos atores que protagonizam o discurso desinformativo em primeira pessoa.

Atores subjetivantes

As principais tipologias de atores mobilizadas nos áudios selecionados para o presente estudo são o *especialista* (35% do total de peças subjetivantes) e a *pessoa comum* (65%). À primeira vista, cada um desses atores parece estar mais vinculado a um dos gêneros descritos anteriormente (o especialista como aquele que faz o comentário e a pessoa comum como aquela que dá o testemunho). Porém, como veremos no decorrer da análise, isso não é necessariamente o que ocorre.

O especialista

Consideramos como “especialista” aquele narrador ao qual é atribuído um “saber” específico ou “técnico” comumente outorgado àqueles que ocupam determinadas posições sociais ou profissões de prestígio (médicos, professores, jornalistas, empresários etc.) e que, em função delas, possuem acesso a informações que a maioria não tem. Pesa, neste caso, o *ethos* de pessoa “séria” e “respeitada”, supostamente comprometida com o que faz e com os outros.

Entre esses “especialistas”, destacam-se, sobretudo, aqueles que podem apelar para os seus conhecimentos e/ou experiências profissionais, como evidencia a transcrição dos áudios abaixo:

Oi, meu nome é Elder, sou médico (...) Temos medicações comprovadamente eficazes e muito conhecidas em epidemias virais: ivermectina, hidroxicloroquina, azitromicina (...) Especificamente na epidemia da Covid 19, se essas drogas forem utilizadas de forma competente (...) e ainda no início dos sintomas, na prática, teríamos redução drástica das internações e formas da doença [Áudio 47, Bloco 1].

Conforme mostram os exemplos acima, a veracidade conferida aos discursos dos especialistas reside na sua “fala autorizada”, uma fala de alguém que *sabe* e *pode* discutir, comentar e opinar a respeito do assunto em pauta. Isso ocorre por dois motivos particulares: em primeiro lugar, porque os especialistas se apresentam como profissionais que têm uma formação e um conhecimento especializado – como o

médico que promove a ivermectina e a hidroxicloroquina como tratamentos precoces contra a Covid-19; em segundo lugar, porque enquanto profissionais especializados, eles se apresentam como testemunhas de fatos “reais”, como a “esquerdização” das forças armadas brasileiras.

De acordo com os estudos da argumentação, esse tipo de estratégia pode ser denominado como “argumento de autoridade” ou “*argumentum ad verecundiam*”. Trata-se de uma estratégia por meio da qual “quem argumenta introduz a si mesmo como prova no exame da questão, mencionando seus conhecimentos ou quaisquer outras qualidades. O objetivo é levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem o enuncia, no seu conhecimento especializado ou na sua integridade pessoal” (Fiorin 2015, p. 176).

Em um estudo recente sobre a desinformação no WhatsApp durante a pandemia, Soares et al. (2021) mostraram que a estratégia do “argumento de autoridade” corresponde a um quinto das mensagens compartilhadas no aplicativo nos meses de março e abril de 2020 contendo desinformação sobre a Covid-19. Em todos esses casos, o argumento de autoridade é utilizado para legitimar as mensagens e conferir credibilidade a seu conteúdo. Chegamos a resultados semelhantes: o especialista apareceu em 35% das peças desinformativas aqui analisadas (31% do Bloco 1 e 40% do Bloco 2).

O nosso estudo contribui com tais pesquisas apontando como o argumento de autoridade está atrelado ao papel temático do especialista e, mais em profundidade, ao discurso em primeira pessoa e ao discurso interpelativo, por meio do qual tais atores (médicos, jornalistas, ex-militares etc.) constroem um vínculo íntimo e direto com seus destinatários (Áudio 47, Bloco 1; Áudio 13, Bloco 2).

A pessoa comum

Denominamos aqui de “pessoa comum” aquele narrador cuja credibilidade depende de seu “anonimato”, do fato de se apresentar e falar como um sujeito “ordinário”. Diferentemente do especialista, a autoridade da pessoa comum é sustentada pela sua “autenticidade”. Para a credibilidade dessa “pessoa comum” importa menos a razoabilidade dos seus argumentos ou informações e mais certos traços de caráter – um *ethos* ancorado na sinceridade, simplicidade, espontaneidade, emotividade etc. A autenticidade conferida à sua fala é suficiente também para atribuir generalidade ao que é particular, para conferir à percepção pessoal uma validade universal – consequência típica, como já podemos observar, do discurso desinformativo em primeira pessoa de modo geral.

Seja quando veiculam opiniões pessoais, seja quando relatam experiências de vida, a eficácia dos discursos em primeiras pessoas e interpelativos das pessoas comuns depende de dois fatores. Antes de tudo, o fato de os narradores dessas mensagens se apresentarem e falarem como pessoas “quaisquer”, sujeitos “anônimos” e “ordinários”, reforça a crença, típica do discurso populista brasileiro contemporâneo

e das teorias da conspiração que o alimentam, a respeito do conflito entre o “povo” e as “elites” nacionais e internacionais que, supostamente, almejam dominá-lo. “Não importa quem eu sou, importa o que eu vou falar”, afirma, por exemplo, um outro áudio compartilhado no WhatsApp [Áudio 24, Bloco 1]. O narrador continua criticando o isolamento social e alertando sobre os interesses da China na economia brasileira, dando a entender que o vírus tenha sido criado em laboratório. Tanto ele quanto a outra massa de “anônimos” que protagoniza a grande maioria das mensagens compartilhadas no aplicativo dá vida, assim, a um verdadeiro efeito de “pertencimento coletivo”, bem como à impressão de fazer parte de um grupo de pessoas “do bem” (o povo brasileiro) em guerra contra o “mal” (a China, as elites globalistas, Doria e os outros governadores, a indústria farmacêutica etc.). Ou seja, além de utilizar das estratégias do discurso em primeira pessoa e do discurso interpelativo, as mensagens das pessoas comuns apelam, paralelamente, para a construção de um actante coletivo supostamente “dono da verdade”, o qual é chamado a agir para desmascarar as mentiras dos outros e difundir, quase religiosamente, sua palavra. O anônimo não fala nunca por si, mas enquanto parte e representante do “povo”, de um sujeito detentor da “verdade” coletiva.

Além disso, o discurso em primeira pessoa desses sujeitos ordinários baseia-se, muitas vezes, no uso explícito do *pathos* e de outros recursos sensíveis, já apontados. Trata-se, nos termos da retórica, de um *argumentum ad populum*, que apela para as emoções e os sentimentos coletivos que moldam a plateia de seus destinatários (Fiorin 2015, p. 224). Não por acaso, muitas destas pessoas comuns costumam gritar (Áudio 2, Bloco 1), chorar, falar de modo passional. Promove-se, assim, uma aproximação sensível entre o destinador e o destinatário (Barros 2020), um processo de “manipulação por contágio” (Landowski 2005) através do qual o relato ou a opinião de quem fala ganha ainda mais credibilidade. Dessa forma, embora a princípio esta categoria pareça estar mais associada ao gênero textual do testemunho, verificamos que a *pessoa comum* foi o tipo de ator mais presente em quaisquer categorias de análise. No total, 64% de todos os áudios no *corpus* apresentavam esse tipo de protagonista (68% no Bloco 1 e 60% no Bloco 2).

CONCLUSÕES

Ao fim do presente estudo, que certamente ainda deixa desdobramentos para futuras pesquisas, sistematizamos, a seguir, as principais recorrências identificadas no *corpus*, que nos deixam algumas pistas para a melhor compreensão sobre a aliança entre mídia sonora e desinformação.

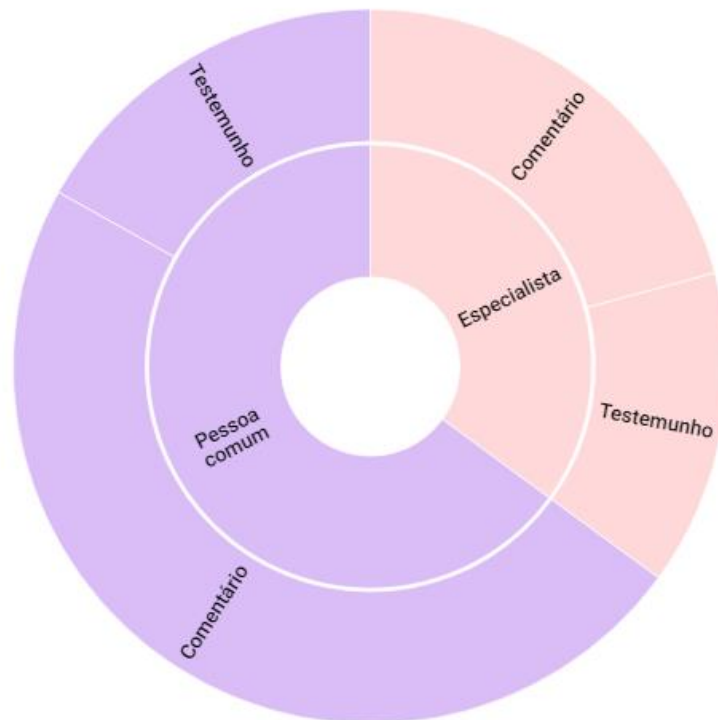
Tabela 2. Incidência das tipologias elaboradas no corpus analisado.

		ATOR		USO DE INTERPELAÇÃO
		Pessoa comum		
GÊNERO	Comentário		69% (36)	69% (25)
	(52; 68% do total)	Especialista	31% (16)	56% (9)
	Testemunho		56% (14)	64% (9)
	(25; 32% do total)	Especialista	44% (11)	45% (5)

Kischinhevsky, et al. (2020) já haviam identificado evidências de que mensagens de áudio massivas se furtam de elementos como intimidade e fala coloquial, típicos da linguagem radiofônica, para assim criar empatia e acelerar campanhas de desinformação. Nossas análises apontam para o mesmo caminho, identificando a figura da *pessoa comum* como principal ator a contar esses relatos, além de ser aquele que mais frequentemente utiliza a *interpelação* como procedimento que insere o ouvinte na própria história que está sendo narrada, quando comparado ao *especialista*. Revestidos por uma áurea de anonimato, esses protagonistas têm maior liberdade para afirmar, alertar, reivindicar, interpelar, gritar ou chorar. O uso da primeira pessoa entoado por uma voz que se pode ouvir e que a personifica parece ser suficiente para conferir ao discurso o seu efeito de verdade. Isso é marcante no áudio do homem que afirma: “Não importa quem sou, importa o que eu vou falar”. A imagem que emerge desta peça é aquela de um *sujeito* anônimo detentor de uma verdade *objetiva*, e, portanto, irrefutável.

Assim, as *pessoas comuns* foram a categoria que predominou em todo o corpus, sendo responsáveis por enunciar 56% dos *testemunhos* e 69% de todos os *comentários*, conforme se vê a seguir:

Figura 1. Predominância e sobreposições das tipologias observadas no corpus.



Enfim, verifica-se que as peças de desinformação via áudio que mais obtiveram eficácia de circulação em grupos de WhatsApp sobre a Covid-19, nos dois períodos analisados, são comentários de supostas pessoas comuns, narrados em primeira pessoa e com tendência a interpelar o interlocutor. Sua força se sustenta justamente na estratégia mais geral (a da camuflagem de subjetivação), sendo menos importante quem fala (o que talvez explique a menor presença dos supostos especialistas) do que como se fala.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que ampara os resultados deste estudo foi disponibilizado em uma tabela no Google Sheets e pode ser acessado em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hOWx9jEFi87UKSVuv9vT5Ek6m7zOAJQogR6Y6oN2jZc/edit?usp=sharing>

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. 2020. *A Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.

BAKHTIN, Mikhail. 2003. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*, 261-306. São Paulo: Martins Fontes.

BARROS, Diana Luz. 2020. As fake news e as "anomalias". *Verbum. Cadernos de Pós-Graduação*.

- CARDOSO, Gustavo, SEPÚLVEDA, Rita, e NARCISO, Inês. 2022. WhatsApp and audio misinformation during the Covid-19 pandemic. *Profesional de la información*.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo, et alii. "WhatsApp audios and the remediation of radio: disinformation in Brazilian 2018 presidential election." *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, 2020.
- COVIELLO, M. 2015. *Testimoni di guerra. Cinema, memoria, archivio*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari.
- FABBRI, Paolo e LATOUR, Bruno. 1977. La Rhétorique de la science. Pouvoir et devoir dans un article de science exacte. *Actes de la recherche en sciences sociales* 13: 81–95.
- FILINICH, Maria Isabel. 2017. Testemunho e veridicção. *Estudos Semióticos*: 136-142.
- FIORIN, José Luiz. 1996. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática.
- FIORIN, José Luiz. 2015. *Argumentação*. São Paulo: Contexto.
- GREIMAS, Algirdas Julien. 2014. *Sobre o sentido II – Ensaaios semióticos*. São Paulo: Nankin Editorial.
- GREIMAS, Algirdas Julien. 1976. *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil.
- GREIMAS, Algirdas Julien e COURTES, Joseph. 2008. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto.
- IGWEBUIKE, Ebuka Elias , e CHIMUANYA, Lily. 2021. Legitimizing falsehood in social media: A discourse analysis of political fake news. *Discourse & Communication*.
- LANDOWSKI, Eric. 2005. *Les interaction risquées*. Limoges: Pulim
- MANGIAPANE, Francesco. 2018. The Discourse of Fake News in Italy. A Comparative Analysis. *Rivisteweb*.
- MAROS, Alexandre, BENEVENUTO, Fabrício, ALMEIDA, Jussara, e VASCONCELOS, Marisa. 2020. Analyzing the Use of Audio Messages in WhatsApp Groups. WWW. Taipei.
- MATOS, Rafael Christian de. 2020. Fake news frente a pandemia de COVID-19. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*: 78-85.
- MORENO, Andrés, GARRISON, Philip, e BHAT, Karthik. 2017. WhatsApp for Monitoring and Response during Critical Events: Aggie in the Ghana 2016 Election. *14th International Conference on Information Systems for Crisis Response and Management*. Albi.
- NEWMAN, Nic, FLETCHER, Richard, SCHULZ, Anne, AND, Simge, e NIELSEN Rasmus Kleis. 2020. *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Relatório Digital, Reuters Institute.
- OLIVEIRA, Elida, 2021. Brasil regride em meta para acabar com o analfabetismo e não alcança objetivo de investir mais na educação, diz relatório [acesso em 30 julho 2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/24/brasil-regride-em>

meta-para-acabar-com-o-analfabetismo-e-nao-alcanca-objetivo-de-investir-mais-na-educacao-diz-relatorio.ghtml

POYNTER Institute. 2020. Fighting the Infodemic: The #CoronaVirusFacts Alliance. *Poynter Institute*. Disponível em: <https://www.poynter.org/coronavirusfactsalliance/> (acesso em 23 de Março de 2021).

REIS, Julio C, MELO, Philipe, GARIMELLA, Kiran, e BENEVENUTO, Fabrício. 2020. Can WhatsApp benefit from debunked fact-checked stories to reduce misinformation? *Misinformation Review*.

RESENDE, Gustavo, MELO, Philipe, SOUSA, Hugo, MESSIAS, Johnnatan, VASCONCELOS, Marisa, ALMEIDA, Jussara, e BENEVENUTO, Fabrício. 2019. (Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures. *Proceedings of the World Wide Web Conference*. San Francisco.

ROMM, Tony. 2020. Fake cures and other coronavirus conspiracy theories are flooding WhatsApp, leaving governments and users with a 'sense of panic'. *Washington Post*. 2 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2020/03/02/whatsapp-coronavirus-misinformation/> (acesso em 29 de Julho de 2022).

SALAVERRÍA, Ramón, BUSLÓN, Nataly, LÓPEZ-PAN, Fernando, BIENVENIDO, León, LÓPEZ-GOÑI, Ignacio, e ERVITI, María-Carmen. 2020. Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19. *El profesional de la informacion*.

SOARES, Felipe Bonow, RECUERO, Raquel, VOLCAN, Taiane, FAGUNDES, Giane, e SODRÉ, Giéle. 2021. Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. *Ciência da Informação em Revista*.

VAN ZONEN, Liesbet. 2012. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*.

VIOLI, Patrtizia e LORUSSO, Anna Maria. 2004. *Semiotica del testo giornalista*. Roma: Laterza.

WARDLE, Claire. 2019. First draft's essential guide to understanding information disorder. *First Draft*. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf. (acesso em 14 de Julho de 2020).